

**OS INTELLECTUAIS E O MINISTÉRIO DA REVOLUÇÃO: O BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO NO GOVERNO VARGAS (1934 - 1937)**

**Gabriela Carames Beskow**

“É o Ministério do Trabalho, especificamente, o Ministério da Revolução”.

Esta frase declamada por Lindolfo Collor na cerimônia em que tomava posse como primeiro Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, tem o poder de sintetizar as bases e as diretrizes do pensamento de um forte grupo de políticos que chegavam ao poder a partir da Revolução de 1930.

O Ministério do Trabalho teve papel central a partir de um novo projeto de desenvolvimento que se baseava na colaboração e na convivência harmônica entre os vários setores da sociedade em prol do crescimento nacional. A necessidade da inclusão dos segmentos populares se construiu principalmente a partir da regulamentação de seus direitos, deveres e funções dentro do processo produtivo.

É preciso, porém, levar em consideração que a Revolução de 30 se desencadeou e se tornou vitoriosa através da participação de muitos grupos com pensamentos diferenciados e até mesmo contraditórios, o que se refletiu no momento pós-revolucionário por grandes disputas por espaço político e pela predominância de diretrizes políticas. O Ministério do Trabalho incluía-se no plano político como símbolo de uma grande novidade, que por um longo período causou estranhamento tanto entre os grupos opositores como por parcelas da opinião pública. O Ministério, então, buscou em contraposição construir sua legitimidade frente a estes setores. O processo de montagem não apenas do Ministério do Trabalho, mas também dos outros Ministérios e da máquina governamental de um modo geral, passou a se dar, após a Revolução, sobre novas bases, se tornando mais evidente e mais enfática a partir do Estado

Novo. O corpo de funcionários constituinte destes órgãos seria formado de técnicos e especialistas, mas também com forte presença de grupos intelectuais. Estes intelectuais apresentavam um importante papel não apenas na constituição de base teórica para as ações do Estado, mas também como construtores de um discurso de legitimidade dessas ações frente às opiniões pública e política. No caso do Ministério do Trabalho, podemos observar a participação destes técnicos, especialistas e intelectuais na construção de discursos que tinham como objetivos principais o esclarecimento e divulgação das ações do órgão, de forma a garantir a sua legitimidade e consolidação.

Para a conceituação de intelectual a ser utilizada neste trabalho, buscarei uma breve referência em uma das definições estabelecidas por Carlos Marletti, em que o termo trata de uma “categoria ou classe social particular que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas”<sup>i</sup>. A concepção de intelectual torna-se, assim, sinônimo de técnico, o que acredito ser extremamente válido para o fenômeno da montagem da máquina do Estado brasileiro nos anos 1930.

A partir destas observações, me dedico a realizar uma breve análise dos *Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, desde o seu lançamento, em 1934, até a instituição do Estado Novo, em 1937. Os Boletins, além de nos fornecer exemplos dos discursos produzidos, apresentam importantes indicações sobre quem eram os homens envolvidos e quais eram os seus papéis na construção do Ministério da Revolução.

O BMTIC foi lançado em Setembro de 1934, quando a pasta era chefiada por Agamenon Magalhães. Em seu primeiro volume, a nota de apresentação buscava indicar os objetivos desta iniciativa:

“Recebeu o Sr. Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, que o Departamento de Estatística e Publicidade, atendendo aos fins a que se destina, organizasse e fizesse editar, sob o título de Boletim do Ministério do Trabalho (...), uma publicação mensal *capaz de reunir nas páginas que*

*lhe formem o texto não só ensaios e estudos de natureza técnica ou especializada como também notas e informações que possam correr concorrer para um entendimento entre a administração pública e os particulares (...)*<sup>ii</sup>. (grifos meus).

A questão de o Boletim ter sido apresentado como canal entre Estado e particulares vem contribuir com a hipótese de busca pela construção de um discurso legitimador a partir do esclarecimento de suas funções e a divulgação de suas ações.

Em sua estrutura, o Boletim apresentava os seguintes itens: **Atos Oficiais, Trabalho, Indústria, Comércio, Previdência e Assistência Social, Povoamento, Estatística, Notas e informações**. Essa estrutura fornece importantes informações sobre o que era entendido como área de competência deste Ministério. Porém, buscarei enfatizar alguns dos textos componentes do item **Trabalho**, dentro de um universo que abrange, no recorte proposto, cerca de 150 artigos. O Boletim aparece como uma importante fonte sobre as questões mais evidentes nos diversos momentos do contínuo processo de montagem das leis sociais. No período abordado, ganharam destaque questões como a sindicalização, a montagem do aparelho de Justiça do Trabalho, o esclarecimento das leis que estavam sendo discutidas ou promulgadas, e até mesmo artigos informativos sobre as condições de trabalho em certas profissões.

Através de um inventário destes artigos é possível observar que alguns de seus autores se destacam pela assiduidade com que apareceram no Boletim. Oliveira Vianna era o mais assíduo autor no item Trabalho, com dezoito artigos publicados nos Boletins do período estudado. Como consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, a participação de Oliveira Vianna na publicação era dedicada a esclarecer dúvidas com relação à Legislação Trabalhista que entrara em vigor. São apresentados diversos pareceres de sua autoria sobre questões trabalhistas, utilizando-se estes estudos de caso como ilustrações para melhor entendimento dos objetivos da lei. No Boletim de Maio de 1936, por exemplo, foi analisado um parecer de Vianna intitulado “Recisão brusca e rescisão injustificada”<sup>iii</sup>, no qual o autor esclarecia as formas

de rescisão contratual estabelecidas pela lei a partir de um caso de conflito entre patrão e empregado que chegou à atenção da Justiça. No Boletim anterior, relativo ao mês de Abril de 1936, também um parecer de Oliveira Vianna sobre uma questão jurídica foi abordado, relacionado a dúvidas sobre o serviço de trabalhadores de bagagens<sup>iv</sup>.

Os pareceres de Oliveira Vianna tinham a utilidade de reforçar o discurso construído pelo Boletim sobre os objetivos e funções da Justiça do Trabalho. Seus estudos de caso mostram como as questões do trabalho ganhavam importância jurídica, passando pelas mãos de pessoas preparadas, neutras e que estavam representando a obediência à legislação elaborada. Constavam artigos sobre o funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento e sobre as Comissões Mistas de Conciliação, sobre o projeto da constituição da Justiça do Trabalho, sobre a fiscalização das leis trabalhistas, entre outros.

O discurso legitimador do Ministério e de suas ações era apresentado de diversas maneiras ao longo dos Boletins. Em seus primeiros volumes, essa busca de legitimação se dava de maneira bastante direta, com artigos que visavam claramente justificar a necessidade do Ministério pela importância de suas ações no contexto sócio-político brasileiro.

É muito interessante o conteúdo de um artigo datado de Dezembro de 1934 intitulado “Ministério da Revolução”<sup>v</sup>. Trata-se de algumas passagens de um parecer apresentado por Edgard Teixeira Leite sobre o Ministério do Trabalho à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. O autor do parecer deixava clara a existência de uma divisão das opiniões no país em relação à importância do Ministério. Sem entrar no mérito da discussão sobre a existência ou não da questão social no Brasil, Teixeira Leite observava apenas que a intervenção do Estado naquele setor era necessária, marcando o fim de uma era de individualismo econômico, em que o trabalho passou a ser internacionalmente reconhecido pela colaboração na produção de riquezas. Salientava também as tentativas anteriores a 1930 de regulamentação da questão trabalhista, sempre combatidas por “fortes interesses contrários”. É interessante a observação do autor em que este reconhecia a fragilidade na execução das leis no pós-trinta, devido

principalmente à “falta de elementos especializados, com corpo de funcionários quase que improvisado”. Mesmo com essa fragilidade, Teixeira Leite afirmava que os resultados conseguidos até então se apresentam satisfatórios, dando esperanças de um futuro promissor – ou seja, defendia a importância do Ministério naquele contexto.

A referência a uma onda mundial de discussão da questão do trabalho e sua regulamentação também servia como dado legitimador das ações estatais brasileiras. Diversos artigos partilhavam desta base legitimadora, entre os quais destacamos aqueles que cobriram a participação brasileira em eventos internacionais sobre o trabalho.

No volume do Boletim de Abril de 1936, Affonso Bandeira de Mello foi autor de um relatório sobre a Conferência Internacional do Trabalho<sup>vi</sup>, ocorrida em Genebra entre os dias 4 e 27 de Julho de 1935. O autor dava destaque às resoluções tomadas na Conferência, como redução da jornada semanal para 40 hs; férias remuneradas; resoluções sobre trabalho em condições insalubres; e a aplicação das convenções internacionais do trabalho. As resoluções internacionais tornavam-se importante referencial para as medidas legislativas tomadas em âmbito nacional.

No Boletim de Julho do mesmo ano, a Conferência de Santiago foi abordada em artigo de Guilherme Vidal<sup>vii</sup>. Nesta Conferência, os principais debates giravam em torno das questões do trabalho do menor e da mulher. Nos debates, o grupo de representantes do Brasil alcançou grande destaque, apresentando propostas e tendo voto de peso junto aos participantes. Entre as resoluções destacadas, encontra-se o estabelecimento de um salário mínimo e mensal, de igual valor para homens e mulheres na execução a mesma função; dispensa de noventa dias anteriores e posteriores ao parto da gestante, que deveriam ser pagos em caso do descumprimento da lei; a fixação de dezesseis anos como idade mínima para o trabalho noturno, entre outras. É importante salientar que a Conferência aprovou também a criação de conselhos para estudos sobre estes grupos específicos, que marcava o fenômeno da racionalização da máquina estatal em diversos países.

O embasamento teórico e científico do discurso da questão do trabalho era enfatizado, também, a partir de estudos médicos. Gilberto Freyre destacava, a partir dos anos 1920, o “início de uma série de estudos brasileiros em que o critério fisiológico se junta, através da higiene, a preocupações que se acentuam em trabalhos recentes de médicos voltados para problemas de antropologia social”<sup>viii</sup>. O Dr. Alexandre Moscoso, citado por Gilberto Freyre como um dos expoentes de um novo modelo de comprometimento social da medicina, teve papel ativo nas publicações dos Boletins durante o período privilegiado neste trabalho. O médico dava ênfase à importância da alimentação para a melhoria da capacidade produtiva do trabalhador, inclusive sendo necessárias diferentes dietas para as diferentes atividades profissionais. Era inclusive propagandeador de uma alimentação racional, através de classes de nutrição e economia doméstica. Participando da Comissão Elaboradora da Lei de Salário Mínimo, defendia este como garantia de alimentação fundamental aos trabalhadores<sup>ix</sup>.

O intelectual, como buscamos mostrar, era peça fundamental no discurso do trabalhismo que foi sendo construído durante os anos 1930 e que se consolidou com o Estado Novo, principalmente a partir da gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como destaca Adalberto Paranhos, “Incontestavelmente, este ‘projeto’ alcançou uma configuração mais bem definida de 1942 em diante. Mesmo assim, a meu ver, ele tem, necessariamente, que ser encarado, nas suas idas e vindas, marchas e contra-marchas, como algo que vinha se *fazendo*, se construindo, desde o início da década de 30, em meio aos confrontos das forças sociais presentes na cena política. Em partículas, parece-me da maior relevância destacar que as linhas básicas da estrutura ideológica, *strictu sensu*, eram perceptíveis nas falas das autoridades governamentais *antes* até da implantação do ‘Estado Novo’”<sup>x</sup>. (grifos do autor).

Estas afirmações de Paranhos vão ao encontro do olhar que procuro dar à questão trabalhista. Ao analisar os Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio busco identificar quem eram os homens que estavam construindo o discurso trabalhista em seus primeiros anos, e

quais eram as questões que naquele momento geravam os debates e traziam inquietações. Acredito ser fundamental para o entendimento das perspectivas deste trabalho a conceituação de intelectual utilizada, baseada na proposta de Carlos Marletti. A racionalidade, alheia às paixões ideológicas e políticas, passou a ser enfatizada pelos ideais do novo regime como o caminho para a resolução dos problemas do país. Sendo assim, os intelectuais eram os funcionários perfeitos para a composição dos quadros estatais, por toda sua formação que o capacitava a identificar, estudar, analisar e propor soluções aos problemas levantados naquele contexto histórico, atuando como um técnico, isento de paixões ideológicas que poderiam vir a prejudicar seu julgamento e suas propostas.

Creio que estudos futuros sobre o conteúdo dos Boletins me permitirão aprofundar a discussão e a própria apropriação que faço do conceito de intelectual. As análises de Gramsci<sup>xi</sup> sobre o grau de envolvimento dos intelectuais com o projeto político, os graus de hierarquia que se estabelece no meio intelectual entre produtores e difusores, são questões determinantes que exigem maior profundidade e reflexão. Meu objetivo é demonstrar que o Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi uma fonte rica de informações e análises que permite trazer novas perspectivas a discussões sobre o pensamento intelectual e político brasileiro, e sobre o nascimento e origens do discurso do Trabalhismo.

- 
- <sup>i</sup> MARLETTI, Carlo In BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.
- <sup>ii</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Outubro de 1934.
- <sup>iii</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Maio de 1936.
- <sup>iv</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Abril de 1936.
- <sup>v</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Dezembro de 1934.
- <sup>vi</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Abril de 1936.
- <sup>vii</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Julho de 1936.
- <sup>viii</sup> FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 208 p.
- <sup>ix</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Maio de 1936
- <sup>x</sup> PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999. p. 94.
- <sup>xi</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.